

PARADOXOS DA GLOBALIZAÇÃO DIGITAL: COMPRESSÃO TEMPO-ESPAÇO E AUMENTO DOS FOSSOS ECONÓMICOS E SOCIAIS ENTRE O NORTE GLOBAL E O SUL GLOBAL

Jafar Silvestre Jafar⁵⁵

Resumo

Quando McLuhan lançou a ideia de *Aldeia Global*, em 1960, criou utopia de um mundo mais igualitário e homogéneo em termos económicos e sociais através das novas tecnologias de informação e comunicação, mas o mundo tornou-se mais desigual e heterogéneo, apesar da compressão tempo-espaço entre pessoas, famílias, empresas e Estados. Este trabalho, com recurso a revisão de literatura, estudo documental, trabalho de campo e o método histórico, analisou as acções das multinacionais do Norte Global em África e encontrou que as novas tecnologias de informação e comunicação têm um papel vital na execução de projectos extractivistas, os quais contribuem para o alargamento dos fossos económicos e sociais entre o Norte Global e África, configurando continuação dos processos coloniais e neocoloniais.

Palavras-chave: globalização; África; Norte Global; fossos sociais.

Introdução

Desde o Mundo Antigo à Idade Contemporânea a vida da sociedade humana, entre outros aspectos, tem vindo a ser marcada pelas revoluções enquanto motores de transformação da vida colectiva. Regra geral, as revoluções constituem marcos de transição entre os velhos e os novos modelos ou paradigmas. Uma das revoluções que marcou a era contemporânea é a *Digital* que é caracterizada pelo uso de massivo e multifuncional das novas Tecnologias de Informações e Comunicações (TICs).

Nos dias de hoje, as TICs são vitais e indispensáveis para as pessoas nos mais variados sectores de actividades, sobretudo no meio urbano. Neste contexto, a internet e os vários motores de busca fazem com que pessoas, famílias, organizações e Estados interajam virtual e

⁵⁵ Doutor em Pós-colonialismos e Cidadania Global. Docente na Universidade Rovuma, Cidade de Nampula, Moçambique.

E-mail: jjafar@unirovuma.ac.mz

instantaneamente, e em tempo real, sobre as mais variadas esferas da vida humana, como, por exemplo, questões técnico-científicas, cultural, económica, social e política.

Com efeito, através das TICs já é comum pessoas e organizações interagirem virtualmente com os vários públicos independentemente da distância que as separa, só para dar alguns exemplos, o acesso ao ensino online (*e-learning*), comércio electrónico (*e-commerce*) que compreende os processos de compra e venda de bens e serviços, governação electrónica (*e-governance*) e banco electrónico (*e-banking*).

Neste contexto, é também factual que as redes sociais constituem uma espécie de montra do quotidiano de homens de negócios, governantes, cientistas, políticos, das grandes empresas, organizações políticas, associações de vária índole, plataforma de mobilização e realização de acções de activismo, organizações da sociedade civil, dentre outros.

Recentemente, durante a pandemia do Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, um dos factos que o mundo inteiro testemunhou foi a importância das TICs na vida das pessoas e instituições. Dadas as limitações de viagens, o distanciamento social, as recolhas obrigatórias e os *lockdown*, as pessoas e instituições recorreram a webinários, reuniões de trabalho virtuais, teletrabalho, aulas e debates televisivos virtuais e outras formas alternativas para continuar a laborar nos mais diversos sectores de actividades. Apesar de todo um conjunto de constrangimentos que disso adveio, sobretudo nos sectores de actividades cuja produção depende única e exclusivamente de trabalhos práticos, o *cyber-intelectualismo* manteve-se quase intacto. Desse modo, as TICs revelaram-se vitais e indispensáveis nos dias de hoje, pois deram sentido à vida das pessoas e instituições quando quase tudo estava fechado.

No entanto, o acesso as TICs não é abrangente a todas as pessoas do mundo, particularmente em África. As pessoas ou comunidades que não dispõem de condições para aceder as várias plataformas de informações e comunicações ficam à margem da *Revolução Digital* e das oportunidades que ela gera. Por exemplo, o Relatório do Banco Mundial, publicado em 2012⁵⁶, sobre o uso das TICs em África aponta avanços significativos ao reportar que até 2012 cerca de 650 milhões de africanos usam as TICs, e estas estavam a produzir impactos positivos na agricultura, adaptação às mudanças climáticas, serviços financeiros, saúde, entre outros sectores. Porém, o mesmo relatório reconheceu que África ainda tem muitos desafios no campo das TICs, como disse Kelly: “no futuro, o desafio está em assegurar que as inovações nas TICs beneficiem

⁵⁶ KELLY, T. (2012). *TRANSFORM AFRICA: THE TRANSFORMATIONAL USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN AFRICA*. IN THE WORLD BANK (10/12/2012). TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO REVOLUCIONAM DESENVOLVIMENTO DE CUNHO NACIONAL EM ÁFRICA.

*todos os africanos, incluindo os pobres e vulneráveis e aqueles que vivem em zonas remotas*⁵⁷. E, para que esse desafio seja vencido, a estratégia é proposta no mesmo relatório pelo Saghir ao considerar que é necessário “[...] *multiplicar estas inovações e histórias de sucesso para a obtenção de maiores impactos sociais e económicos em África durante a próxima década*”⁵⁸.

Por considerar as TICs um sector de vital importância nas várias facetas da vida das pessoas e instituições africanas, o mesmo relatório enfatiza a necessidade de construir um mercado competitivo da indústria das TICs para promover a inovação, criação de emprego e impulsionar o potencial de exportação das companhias africanas.

Este trabalho resulta da análise sobre como as empresas multinacionais do Norte Global usam as TICs como veículos de informação e comunicação, incluindo processos de recrutamento de trabalhadores para os seus projectos extractivistas, por um lado. E o fosso económico e social que esse processo gera entre aqueles que dispõem de conhecimento e meios para usar as TICs e os que não dispõem, sobretudo os residentes no meio rural nos países africanos, por outro lado.

Geralmente, os projectos das multinacionais implantados particularmente nas zonas remotas funcionam como *enclaves* em relação aos sistemas em produção das comunidades envolventes pelo facto de não criar pontes de ligação entre os objectivos dos investidores e as necessidades e os interesses das comunidades locais. A este processo associam-se quatro factos a saber: (i) usurpação de vastas extensões de terra e destroem activos económicos e patrimónios de comunidades inteiras; (ii) compensações dadas aos afectados não são justas; (iii) a falta de formação profissional não permite os afectados aceder às oportunidades de emprego que os projectos oferecem e (iv) os investidores e os governos locais não promovem acções concretas que visem suprir a perda de meios de subsistência e o desemprego ou melhoramento das condições de vida a longo prazo.

Metodologia

Este trabalho, que é parte do meu trabalho de tese de doutoramento, apresentado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 2020, resulta de quatro elementos. A primeira foi a revisão de literatura; esta serviu para construir não apenas o quadro teórico-conceptual sobre a organização, funcionamento e o impacto dos projectos extractivista das multinacionais nas comunidades locais, no contexto da globalização neoliberal, mas também a

⁵⁷ Tim Kelly, Especialista Principal em PolíTICs de TICS no Banco Mundial.

⁵⁸ Jamal Saghir, Director do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável na Região África, In

sua dinâmica história enquanto instrumentos de dominação do Norte sobre o Sul, que vem evoluindo desde os finais do século XV aos dias de hoje.

Segundo, o método de análise usado foi histórico. Este foi aplicado através de duas técnicas metodológicas que se complementam entre si: História Oral e Estudo de Caso Alargado. O primeiro aprofundou as questões relativas com a história das comunidades aldeãs de Afungi, sobretudo Maganja, Quitupo e Senga e a sua relação com as empresas capitalistas, quer no passado colonial assim como no presente. O segundo permitiu analisar as interfaces entre os impactos da globalização do capitalismo neoliberal em dois prismas: local e global. A fusão dessas duas técnicas metodológicas surgiu da necessidade de construir-se uma abordagem holística sobre o objecto em análise, na medida em que as duas permitiram o cruzamento de elementos históricos do passado com os do presente e, por sua vez, estes com as dinâmicas globais e locais.

O terceiro elemento foi documental; neste, foram analisados documentos oficiais, estudos sociais e ambientais, relatórios e planos. Um desses planos foi o de reassentamento dos deslocados físicos na zona de Quitunda, na sequência da implementação do projecto GNL na península de Afungi. O plano mostra, ao detalhe, todos os pormenores do processo de reassentamento, desde os critérios de elegibilidade ao reassentamento propriamente dito; mas nele não foram prescritas as expectativas e as insatisfações das pessoas afectadas, dentre as quais a questão de manutenção dos meios de subsistência dado que elas perderam terra agrícola e acesso ao mar.

O quarto e último elemento foi o trabalho de campo. Este foi desenvolvido em dois distritos: Monapo e Palma. Em Monapo, o estudo centrou sobre as acções da MML em Metocheria Agrícola; enquanto em Palma, o objecto de estudo foi o impacto da AMA1 nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga, as três principais do cabo de Afungi. Em ambos distritos foram desenvolvidas, de forma aberta, entrevistas individuais e grupais para colher as percepções das comunidades sobre os impactos dos projectos extractivistas a nível local. Este processo envolveu 97 pessoas, incluindo líderes comunitários locais. Grande parte dessas pessoas estava organizada em 8 grupos focais, com os quais desenvolveram-se as entrevistas grupais. Em cada comunidade existiam dois grupos, um de velhos (afectados pelos projectos das multinacionais) e outro de jovens (desempregados e que procuravam oportunidades de emprego nos mesmos projectos). As entrevistas grupais consistiam no debate de temas específicos e registo das informações dadas pelos entrevistados, depois eram transcritas e analisadas minuciosamente.

A observação directa foi, também, um instrumento importante no sentido em que permitiu a captação e a análise de aspectos ausentes na revisão bibliográfica e nos documentos

analizados. Alguns desses aspectos eram as terras perdidas, as actividades económicas praticadas pelas populações afectadas como agricultura, pesca e pequenos negócios (pequenas lojas). Foram também objecto de observação aspectos relativos às condições de vida das comunidades afectadas como, por exemplo, o tipo de habitação, as fontes de água para fins domésticos, os serviços sociais básicos sobretudo educação e saúde. Em Afungi, foram observadas as reuniões dos Comités Comunitários de Reassentamento, onde se discutiam, dentre várias matérias, questões relacionadas com os preços das benfeitorias perdidas e os mecanismos de resolução de conflitos decorrentes da implantação do projecto de gás natural liquefeito.

Resumidamente, os processos de revisão de literatura, análise documental, as entrevistas (individuais e grupais) e a observação directa foram as técnicas de recolha de informações; as primeiras duas foram desenvolvidas através da leitura selectiva e crítica de artigos científicos, livros e documentos oficiais e não só. O trabalho consultou virtualmente uma vastíssima gama de documentos oficiais que versa sobre a política governamental sobre o sector de gás e relativos ao projecto de gás natural liquefeito em desenvolvimento na área 1 da Bacia do Rovuma. As duas últimas técnicas (entrevistas abertas e observação directa) decorreram em sede de trabalho de campo; estas, por um lado, captaram a imagem real sobre a vida das populações afectadas localmente e, por outro, ouviu *in loco* as opiniões, percepções e os sentimentos sobre os efeitos dos projectos extractivistas na vida cultural, económica e social das mesmas.

A análise de conteúdo foi a técnica mais apropriada para confrontação de todas as informações colhidas e a formulação das ilações necessárias, tendo em consideração que este artigo visa responder as seguintes questões: Que factores históricos caracterizaram a evolução das relações económicas Norte-Sul entre os séculos XX e XXI? De que maneira as novas tecnologias de informação e comunicação determinam a inclusão e exclusão de pessoas das empresas multinacionais, em África? Em que medida a falta de formação técnica e de domínio das novas tecnologias de informação e comunicação determinou a exclusão de muitos jovens das comunidades de Afungi das oportunidades de emprego geradas pelo projecto de gás natural liquefeito?

Breve contextualização histórica

As expressões Norte Global e Sul Global são eufemismos que designam mundo desenvolvido e subdesenvolvido, respectivamente; o último é composto por países pobres ou Países em Vias de Desenvolvimento (PVD). A fronteira entre estes dois mundos não tem necessariamente a ver com a divisão geográfica do globo terrestre em hemisférios norte e sul, a partir do Equador como mostra Proenem (s/d); mas, sim, é determinada pelas condições

industriais, tecnológicas, económicas, financeiras e sociais, ou melhor, as condições que definem e ao mesmo tempo diferenciam o desenvolvimento do subdesenvolvimento (fig. 1).

Figura 1

Linha divisória entre países do Norte e do Sul



Nota. Proenem (s/d). Regionalização mundial: Critérios e grupos de países. Acesso a 12 de Julho no sítio electrónico da Proenem:
<https://proenem.com.br/enem/geografia/regionalizacao-mundial-criterios-e-grupos-de-paises/>

Historicamente, estes dois mundos construíram-se ao longo dos séculos com base em *trocas desiguais* a favor do Norte, passando por quatro períodos caracterizados sobretudo por controlo, dominação, exploração e subalternização do Norte sobre o Sul. O primeiro, *período comercial*, é caracterizado pelo comércio de ouro, marfim e tráfico de escravos. A génese desse período tem relação intrínseca com a queda do feudalismo na Europa que causou uma profunda crise económica e social. Dada a crise, uma das alternativas encontradas foi a expansão marítima dos europeus para o mundo *extra-europeu* com vista a usurpação de terras e estabelecimento de relações comerciais com as comunidades locais. Alpers (2014, p.30-78) reporta que nessa fase, os jazigos auríferos de Yavadvipa, Molucas, Golfo da Tailândia e do Istmo do Kra, incluindo Sumatra, Bali e Java, no sul de Ásia; o ouro de Sofala, Zimbabwe, Mombaça, Kilifi e Patê, na África Oriental, foram fontes de ouro para o mercado europeu. A fase de marfim foi marcada pela maior procura

deste produto no mercado europeu, sendo que o marfim africano teve maior procura devido a sua brancura e maleabilidade para o fabrico de bolas de bilharde, botões, pentes dentre outros artefactos exóticos e de luxo. Moçambique e Zanzibar eram locais de destaque para este comércio na África Oriental (Ibid., p. 114). A fase de tráficos de escravos, a mais bárbara da História da Humanidade, caracterizou-se pela transformação dos africanos em mercadoria e mero objecto de trabalho. Nesta perspectiva, Mbembe (2016, p.132) diz que o escravo era considerado como “uma coisa possuída por outra pessoa [...], mera ferramenta e instrumento de trabalho”. O comércio de escravos esteve intimamente ligado ao circuito comercial transcontinental [também conhecido por *Comércio Triangular*] que ligava Europa, África e América, durante o qual mercadores europeus expediam suas embarcações, carregadas de produtos acabados, para as costas africanas onde trocavam-nos com escravos que depois eram levados, em condições sub-humanas e vulneráveis a vários riscos, para América onde por sua vez eram vendidos aos colonos ingleses, espanhóis e portugueses. Em troca, os mercadores levavam produtos coloniais [álcool, tabaco, açúcar, algodão, café] para Europa (Malowist, 2010, p.20).

Segundo é o período *colonial*, marcado pelo imperialismo (*Novo e Velho*) resumiu-se na delimitação de fronteiras, implantação de aparelhos coloniais e exploração de recursos naturais e humanos a favor dos colonos e das metrópoles europeias. A institucionalização da exploração e opressão, quer por via da administração directa [*Direct Rule*] assim como indirecta [*Indirect Rule*], foi o diferencial entre esse período e o anterior. Os objectivos do projecto colonial era explorar os recursos naturais e humanos africanos, americanos e asiáticos para obter a *mais-valia* e acumular riqueza para desenvolver Europa através de capital, trabalho e trocas desiguais. Nesse período, o sistema de ensino colonial era autêntico incubador de serventes e subservientes, nem tampouco visava desenvolver os povos do Sul em termos económicos, sociais e técnico-científicos; paralelamente a isso, os meios e técnicas de produção mantiveram-se rudimentais até às independências. A consequência disso foi o facto de os estados do Sul, particularmente em África, nasceram estruturalmente dependentes dos recursos económicos e financeiros, incluindo assistência técnica, dos antigos colonizadores. Diante dessa realidade, em África, por exemplo, Nkrumah (1957) apud Mazrui (2010) dizia aos líderes africanos e fundadores de Estados pós-coloniais “*Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento*”. Contudo, esse suplemento, que presume-se ser a independência económica, nunca mais chegou aos africanos (e parece estar cada vez mais longe), devido as novas formas de colonização levadas a cabo através do investimento de capitais estrangeiros, exploração de recursos naturais, intromissão e/ou interferência em assuntos internos.

Terceiro é o período *neocolonial*, este inicia na era pós-colonial e simbolicamente termina com o fim da Guerra-Fria. Dentre vários autores, Nkrumah (1965) e Vakhrushev (1975), abordam deste período com afinco crítico. O primeiro diz que *Neocolonialismo* é a dominação económica e financeira que o Norte impõe sobre o Sul, facto que, à semelhança do colonialismo, não traz recompensa as populações de África; enquanto o segundo considera que o poder económico e financeiro dos grandes monopólios não apenas no financiamento de processos de exploração de recursos naturais, criação de mercados do Sul e acumulação de riqueza, mas também o vector de alargamento dos fossos económicos e sociais entre o Norte e o Sul. Langan (2018, p.15 e 46) afirma que o neocolonialismo, desenvolvido pelos países do Norte, sobretudo através das acções dos doadores e investidores, contribui para a perpetuação da pobreza em África.

Quarto e último é período *neoliberal*, que é essencialmente caracterizado pela globalização do capitalismo neoliberal. Teoricamente, o neoliberalismo inicia no período pós- crise dos anos 30 do século XX, mais entrou em prática com o fim da Guerra Fria. A crise económica dos anos 80 e a queda da URSS e dos socialismos em vários quadrantes do mundo abriu espaço para a rápida expansão e universalização do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, o alargamento da esfera de influência dos EUA e consolidação da sua hegemonia económica e financeira usando, entre vários veículos, às instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial e FMI, dois bancos estratégicos do “sistema dólar”, controladores do monetário internacional, arautos da globalização neoliberal e simuladores de desenvolvimento (Rist, 2008). Com efeito, a rápida expansão do capitalismo neoliberal, dos EUA para o resto do mundo, não diminuiu o fosso económico e social entre os países do Norte e do Sul, pelo contrário agudizou-o consideravelmente. Strange (1989) chamou a época como sendo a de *capitalismo de casino* por caracterizar-se por uma ferrenha competição entre os grandes grupos monopolistas pelas matérias-primas e mercados mundiais. Por sua vez, Littwak (1999) considerou que o mundo está a viver um *turbo capitalismo* que separa os ganhadores dos perdedores da economia mundial, sendo o Sul Global parte dos perdedores.

Os quatro períodos descritos têm um trinómio em comum: exploração, obtenção da *mais-valia* e desenvolvimento do Norte. Nesse processo, as grandes empresas foram veículos operativos e materializadores dos objectivos de cada período. Nesta perspectiva, McLean (2013, p.365), diz que enquanto as companhias orientais foram veículos do período comercial, as majestáticas tiveram a missão ocupar, povoar e colonizar. Já no que o período neocolonial diz respeito, Nkrumah (1965) e Vankrushev (1975) são unânimes em afirmar que foi período dominado pelas corporações monopolistas herdadas do colonialismo. Hoje, as multinacionais são os veículos do neoliberalismo. Santos (2002, p.51) considera que estas são os arquitectos da

globalização económica e têm enorme capacidade inovadora e organizativa de modo a transformar a nova economia mundial numa oportunidade sem precedentes. Afinal, que capacidade inovadora se refere? De que capacidade organizativa se fala? A quem beneficiam essas oportunidades? Estas são as questões que se desenvolvem a seguir.

Multinacionais: organização, inovação e oportunidades

As multinacionais (MNCs) são organizações que operam em vários países (em forma de representações) a partir de uma sede (centro corporativo), sendo que é a partir da sede onde são concebidas estratégias operativas e coordenadas todas as actividades produtivas e comerciais. Lazarus (2001, p.10197) distingue MNCs sociais das económicas, as primeiras dedicam à intervenção social sem fins lucrativos; enquanto as segundas decorrem de investimento de capitais e visam obter lucro que satisfaçam os interesses dos seus accionistas, por isso, também recebem o nome de *profit-seekers*.

O objecto deste artigo são as MNCs económicas que resultam, como vimos anteriormente, de um longo processo de transformação e adaptação desde o período comercial aos dias de hoje. Nesta perspectiva, Sandroni (1999, p.415) diz que as MNCs são estruturas empresariais dos países capitalistas que geralmente migram do Norte para o Sul com vista a maximização dos seus ganhos decorrentes dos incentivos fiscais, uso da mão-de-obra barata, baixos custos de energia, fragilidade institucional relativa a questões laborais e ambientais nos países receptores. Mas, hoje, com a globalização neoliberal e emergência de novos impérios económicos, no Sul Global emergiram também MNCs que se movem do Sul para o Sul no quadro das relações económicas e de cooperação Sul-Sul. Diante desta encruzilhada em que o Sul Global se encontra, este trabalho aborda de forma específica as MNCs do Norte Global que dominam e exploram os extensos recursos naturais e humanos do Sul Global, o que configura de algum modo a continuidade, por outros meios ou mecanismos mais sofisticados, do projecto (neo)colonial.

Obviamente, a relação entre o centro corporativo e as representações é estabelecida através das TICs. Além disso, as informações relativas aos processos de contratação de fornecedores de serviços e recrutamento de trabalhadores também são divulgadas com recurso as TICs. O que geralmente ocorre nos países africanos é que, por um lado, os membros das comunidades locais, particularmente residentes no meio rural, que não dispõem de meios de acesso às informações e de interacção virtual, permanecem à margem das oportunidades que os projectos das MNCs oferecem, por um lado. Por outro, os projectos das MNCs exigem trabalhadores tecnicamente qualificados e mais competitivos, o que dificulta sobremaneira aos

residentes no meio rural, comumente desprovidos de formação técnica, acedem às oportunidades de emprego. E, naturalmente, quando as MNCs não encontram pessoas qualificadas localmente, recrutam trabalhadores a partir das zonas urbanas dentro e até fora do país.

Além disso, salvo casos raríssimos, aos afectados e excluídos pelos projectos das MNCs extractivistas nas comunidades locais, são desenvolvidas estratégias concretas de desenvolvimento local para o melhoramento das condições de vida, como forma de suprir a perda de meios de subsistência e a falta de emprego. Portanto, o não acesso às oportunidades de emprego por falta de informação e formação técnica, associado à falta de acções concretas que promovam o desenvolvimento local, alarga os fossos sociais entre os que se beneficiam das oportunidades oferecidas pelos projectos económicos das MNCs e os que não dispõem de condições para fazê-lo. É nesta perspectiva que se considera, de forma directa, que as MNCs contribuem para o alargamento dos fossos sociais, a nível local ou micro.

Além disso, e vista de forma indirecta, as MNCs contribuem para o aumento dos fossos sociais na medida em que grande parte da riqueza por elas produzida não vai para os cofres do Estado e muito menos é investida para projectos económicos sociais em prol da melhoria das condições dos africanos (Castel-Branco, 2002 e 2008). Só, pequenas elites económicas nacionais que têm capacidade de estabelecer *joint-ventures* com as MNCs ou contractos de fornecimento de bens e serviços é que tiram proveitos económicos dos grandes projectos extractivistas levados a cabo pelas MNCs. Em consequência disso, os ganhos económicos que essas elites económicas vão acumulando, obviamente, torna-as cada vez mais ricas relativamente à maioria da população.

Portanto, tendo em consideração os elementos brevemente descritos acima, pode-se considerar que as MNCs não só alargam fossos sociais entre Norte Global e Sul global sobretudo em África, mas também entre os que têm e os que não têm a capacidade de ganhar as oportunidades que os projectos extractivistas das MNCs oferecem a nível local, nos países do Sul. Contudo, é importante olhar os Governos dos países do Sul acolhedores dos projectos extractivistas como parte do problema, por não adoptar mecanismos estratégicos que visem reduzir os fossos sociais.

Multinacionais: incubadoras de fossos sociais no Sul Global

Muitos estudos feitos em África sobre o impacto das MNCs no âmbito das tentativas de resposta à crise de alimentos e de combustíveis de 2006 e 2007 no Sul Global tiveram resultados chocantes. A corrida aos recursos africanos, desencadeada pelas MNCs, como forma de suprir a demanda decorrente das crises, produziu efeitos nefastos para as populações africanas, desde a

usurpação de terras, passando pela destruição dos meios de subsistência e da segurança alimentar aos riscos ambientais.

De facto, ao implantar os seus projectos nas comunidades locais, as MNCs alteraram profundamente o modo de vida das comunidades pelo facto de usurparem vastas extensões de terras, pastagens, zonas piscatórias, empurrando milhões de pessoas à insegurança alimentar, extrema pobreza e vulnerabilidade; mas as mesmas profanaram patrimónios culturais. Diante dessa nefasta realidade, Biggs (2016, p.1) considerou as MNCs como sendo organizações que estão a “manufacturar a fome e a pobreza”; por sua vez, Attah (2013, p.1) concluiu que as MNCs estão a “promover o neocolonialismo e o subdesenvolvimento”.

Para ser mais específico, e porque o Sul Global é espaço complexo e vasto, nesta parte retracta-se dois exemplos de duas MNCS de capitais do Norte que operaram no norte de Moçambique, entre 2008 e 2019, nomeadamente: Matanuska Moçambique Limitada (MML) e Anadarko Moçambique Área 1 (AMA1). A primeira é do ramo de agronegócio e a segunda do sector energético; estas chegaram a Moçambique num contexto em que o mundo debatia-se com as crises de alimentos e combustíveis surgidas em 2006 e 2007, respectivamente.

MML e AMA1 são, dentre vários, dois exemplos de empresas constituída a partir do Norte que implantaram-se em África, América Latina e Ásia para explorar recursos naturais e humanos a baixos custos e resolver os problemas do Norte. Portanto, de forma simbólica, a MML e AMA1 reeditoras da *História da dominação económica e social do Norte sobre o Sul Global* na medida em que sempre que o Norte Global estiver em crise económica ou para manter a sua posição económica, recorre aos recursos naturais e humanos; este ciclo repete-se desde a crise nascida dos escombros do feudalismo, na Europa, até hoje.

Constituída em 2007 pelos capitais da multinacional norueguesa *Nordfund* e a sua congénere mauriciana *Rift Valley Corporation*, a MML ocupou 16 hectares de terras em Metocheria Agrícola, localidade de Nacololo, distrito de Monapo, província de Nampula, norte de Moçambique, onde implantou um dos maiores projectos de produção de banana da África Austral. O processo de implantação resultou na expulsão de mais de 500 camponeses das suas *machambas*⁵⁹, algumas das quais com culturas, nas zonas de Metocheria Agrícola, Mpwilimwiti, Girore, Muchaleque 1 e Muchalque 2, Napoti e Monaia. Além de perder suas *machambas*, que é o principal meio de sobrevivência, os camponeses deixaram muitas árvores de fruta dentre as quais cajueiros, mangueiras, papaeiras, laranjeiras, limoeiros e ateiras. Os mesmos perderam, também, diversas infra-estruturas de apoio ao trabalho agrícola, casas e armazéns. Ademais,

⁵⁹ Em Moçambique, a palavra *machamba* significa campo agrícola.

grande parte deles não se beneficiou das compensações monetárias que tinham sido prometidas pela MML e o Governo local; e os poucos que receberam queixaram-se que o processo foi selectivo e intransparente⁶⁰. Esses problemas não tiveram solução durante os 10 anos que a MML em Monapo operou, período durante o qual os camponeses afectados perderam a segurança alimentar, tornaram-se mais pobres e vulneráveis. Em contrapartida, no mesmo período, os Agentes Económicos Locais que tiveram a oportunidade de celebrar contractos de provisão de bens e serviços a MML tiveram ganhos económicos consideráveis.

Outro elemento importante é o facto de que os trabalhadores recrutados localmente recebiam salários muito baixos (4.000, 00Mts⁶¹), faltava-lhes equipamentos adequados para o trabalho de campo como, por exemplo, a rega, pulverização, desbaste, sacha e colheita. Devido a esses factores, os trabalhadores locais estiveram permanentemente em greve que muitas vezes a MML, com o apoio do Governo local, respondia com ameaças e suspensões. Contrariamente a isso, os trabalhadores estrangeiros vindos das Filipinas, Zimbabwe e de outros países, sobretudo engenheiros agrónomos, que tinham poucas horas de trabalho, direitos a férias e transporte, auferiam salários altos (180.000, Mts⁶²).

A AMA1, detida totalmente pela multinacional estadunidense *Anadarko Petroleum Corporation*, tornou-se líder do maior projecto de produção de gás natural liquefeito (LNG), no cabo de Afungi, distrito de Palma, província de Cabo Delgado. AMA1 iniciou a implantar-se em 2010, logo depois da descoberta de cerca de 150 *trillion cubic feet* (TCF) de gás natural, na área 1 da bacia de Rovuma; para o efeito expropriou 7 mil hectares de terra, incluindo Quitunda, área reservada para construção da Vila de Reassentamento, destinados aos deslocados afectados directamente (deslocados físicos) vindos sobretudo da aldeia de Quitupo e dos povoados de Milamba 1, Milamba 2, Ngodgi e Barabarane.

Além disso, muitos outros povoados foram afectados indirectamente (deslocados económicos) dentre os quais Maganja-A-Velha, Fundzi, Salama, Nsemo, Matacua, Macala, Macongo, Nanjululu, Nhagala, Palma-sede, Nsemo, Kibunju, Mpaia, Maganja e Senga. A diferença entre os deslocados físicos e económicos reside no facto de os primeiros perderam todos os seus activos económicos incluindo benfeitorias e, por essa razão, tornaram-se elegíveis para o

⁶⁰ Grupo de camponeses afectados pelo projecto da MML, em Metocheria Agrícola, entrevistados em grupo, em Julho e Setembro de 2017.

⁶¹ Cerca de 61,54 dólares americanos por mês, ao câmbio de 1,00 usd/65,00 Mts. Dados fornecidos pelos trabalhadores locais da MML, Monapo, Julho e Setembro de 2017.

⁶² Cerca de 2.767,23 dólares americanos por mês, ao câmbio de 1,00 usd/65,00 Mts. Dados fornecidos pelos trabalhadores locais da MML, Monapo, Julho e Setembro de 2017.

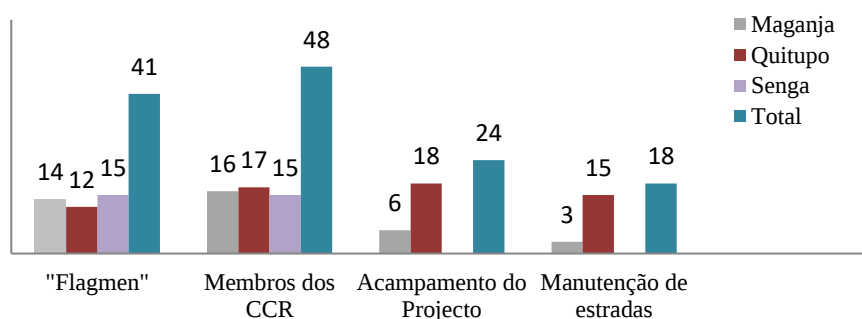
reassentamento na região de Quitunda, enquanto os segundos refere-se aos povoados que perderam seus campos agrícolas e zonas de pesca.

Em resumo, o projecto da AMA1 afectou cerca de 5.000 pessoas (2.433 deslocados físicos e mais de 3285 deslocados económicos) as quais perderam acesso total ou parcialmente as suas terras agrícolas, florestas, mangais, zonas de pesca (alto mar e zonas entre-mares) e vasto património cultural com destaque a sepulturas dos líderes e cemitérios familiares, árvores e lagoas sagradas, árvores de fruta e pequenas unidades económicas como salinas, fornos de pão, discotecas, armazéns de peixe, pequenas lojas vulgarmente chamadas de *bancas*. Essas perdas, associadas à falta de estratégias concretas relativas ao desenvolvimento económico e social local a médio e longo prazo, empurraram às famílias afectadas a insegurança alimentar, à pobreza e à vulnerabilidade a vários níveis incluindo ambiental. Ainda assim, ficou evidente que, por mais que os afectados tenham recebido compensações pecuniárias pelos bens perdidos, os valores recebidos nunca seriam suficientes para garantir a subsistência das famílias afectadas por um tempo considerável, muito menos para substituir os recursos naturais vitais e os activos económicos perdidos.

Outro factor que contribuiu para o agravamento da precariedade social dos afectados foram as dificuldades destes aceder às oportunidades de emprego, em Afungi, sobretudo as três aldeias principais nomeadamente Maganja, Quitupo e Senga. Dos cerca de 5.000 empregos projectados pela AMA1, apenas cerca de 131 dos 5.264 residentes de Afungi, até finais de 2017⁶³, é que tinham emprego no projecto LNG liderado pela AMA1, ainda que fossem sazonais e relativamente mal pago (vide gráfico 1).

Gráfico 1

Oportunidades de emprego dos residentes de Afungi, até 2017.



Nota. Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelos líderes das comunidades de Maganja, Quitupo e Senga, em Afungi, distrito de Palma, entre os meses de Julho e Setembro de 2017.

⁶³ Dados demográficos fornecidos pelos líderes das aldeias de Afungi (Maganja, Quitupo e Senga), entrevistados em Julho e Setembro de 2017.

Enquanto os residentes locais enfrentam dificuldades em aceder as oportunidades de emprego pelas razões discutidas, a grande parte dos trabalhadores da AMA1, em Afungi, é proveniente de outras partes do distrito de Palma e da província de Cabo Delgado, recrutados com recurso as TICs e outros procedimentos.

Limitações do estudo

O estudo teve limitações no processo de entrevistas. Devido aos ataques terroristas, a última ronda de entrevistas com os representantes da empresa Anadarko Moçambique Área 1 e do Governo Distrital, marcada para os finais do mês Outubro de 2017, em Palma, não se realizou. Assim, por razões de segurança, não foi possível colectar dados de dois interlocutores. Além disso, a a entrevista com o Administrador distrito de Monapo e o Director do Serviço de Actividades Económicas do mesmo distrito sofreu vários adiamentos devido a indisponibilidade dos visados e também ao excesso de burocracia a nível da Administração Local.

Considerações finais

A dependência estrutural que os países do Sul têm em relação ao Norte, abre espaço para novos colonialismos. A globalização do capitalismo neoliberal, os vastos e valiosos recursos naturais (energéticos e mineiros), os incentivos e outras condições que os países do Sul oferecem ao capital estrangeiro dão lugar a migração e implantação de projectos extractivistas das MNCs do Norte Global. Neste processo, as MNCs e as suas representações não só usam as TICs para envio e recepção de dados, mas também recorrem as mesmas para os processos de recrutamento de trabalhadores nacionais e estrangeiros, os quais, geralmente, excluem os residentes locais, particularmente no meio rural, em África.

A falta de informação e de formação técnica faz com que nativos das comunidades locais percam oportunidades de emprego a favor de trabalhadores provenientes dos centros urbanos do país e estrangeiro. Este facto, associado a perda de activos económicos e ausência de estratégias de desenvolvimento local, alarga os fossos sociais entre os residentes locais e os trabalhadores vindos de outras partes do país e do mundo. Essencialmente, foram esses elementos que caracterizaram os casos de MML em Monapo e AMA1 em Afungi, dentre vários casos que ocorrem no Sul Global, sobretudo em África.

Portanto, em termos práticos, avaliando pelo seu funcionamento, é evidente que as MNCs do Norte Global, recorrendo a outros mecanismos incluindo as TICs, reproduzem as práticas coloniais e neocoloniais pelo facto de estarem viradas à exploração de recursos naturais e

humanos a baixos custos para maximizar os ganhos e desenvolver os países de origem sem, no entanto, interessar-se pelo desenvolvimento local nos países do Sul Global onde são extraídos diversos recursos naturais, à semelhança do que ocorria nos período colonial e neocolonial.

Portanto, usando as TICs como veículos de informação e comunicação nas mais variadas componentes da cadeia produtiva, incluindo o recrutamento de trabalhadores e informações relativas à contratação de bens e serviços, e sobretudo o desinteresse pelo desenvolvimento local das comunidades hospedeiras, as MNCs do Norte são agentes que contribuem para o alargamento dos fossos sociais entre o Norte Global e o Sul Global, na medida em que a riqueza por elas produzida não beneficia aos países do Sul Global como um todo em termos de desenvolvimento económico e social, apesar de algumas elites económicas e trabalhadores qualificados terem um relativo proveito.

Bibliografia

- Alpers, E. A. (2014). *The Indian Ocean in the World History*. New York & Oxford University Press.
- Attah, N. E. (2013). The historical conjuncture of neocolonialism and underdevelopment in Nigeria. *Academic Journals*, 5(5), 70-79.
- Biggs, S. (ed) (2016). *Miracle ou mirage? Manufacturing hanger and poverty in Ethiopia*. USA: The Oakland Institute.
- Castel-Branco, C. N. (2002). *Megaprojectos e estratégias de desenvolvimento: Notas para um debate*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2008). *Os megaprojectos em Moçambique: Que contributo para economia nacional?* Fórum da Sociedade Civil sobre a Industria Extractiva. Museu de História Natural, Maputo, 27-28 de Novembro de 2008.
- Langan, M. (2018). *The Neocolonialism and the poverty of 'development' in Africa*. New Castle University: Palgrave Macmillan.
- Lazarus, A. A. (2001). Multinational Corporations. In Smelser, N. J. and Baltes P. B. (2001). *International Encyclopaedia of the social behavioural sciences* (pp.10197-10204). Amsterdam, Paris, New York, Oxford, Shannon, Singapore and Tokyo: Elsevier.
- Malowist, M. (2010). A luta pelo comércio internacional e suas implicações para África, In Ogot, B. A. (ed.). *História Geral de África Vol. V: África do século XVI a século XVIII* (pp.1-26). Universidade de Brasília: UNESCO.
- Mazrui, A. A. (2010). "Procurai primeiramente o reino políTICso...". In Mazrui, A. A. e Wondji, C. (2010). *História Geral de África, Vol. VIII: África desde 1935* (pp. 125-151). Brasília: UNESCO.
- Mbembe, A. (2016). NecropolíTICsa. *Revista do PPGAV*, 32, 121-151.
- McLean, J. (2004). The Transnational Corporation in History. Lessons for today? *Indiana Law Journal*, 79(2), 364-377.
- Nkrumah, K. (1965). *Neoliberalism: The last stage of imperialism*. New York: International Publisher.

- Proenem (s/d). Regionalização mundial: Critérios e grupos de países. Acesso a 12 de Julho no sítio electrónico da Proenem: <https://proenem.com.br/enem/geografia/regionalizacao-mundial-criterios-e-grupos-de-paises/>.
- Rist, G. (2008). *The History of Development: From Western origins to Global faith*. 3ed Zed Books London & New York.
- Sandroni, P. (1999). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Strange, S. (1996). *Casino capitalism*. London: Manchester University Press.
- THE WORLD BANK (10/12/2012). TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO REVOLUCIONAM DESENVOLVIMENTO DE CUNHO NACIONAL EM ÁFRICA. [HTTPS://WWW.WORLDBANK.ORG/PT/NEWS/PRESS-RELEASE/2012/12/10/INFORMATION-COMMUNICATION-TECHNOLOGY-REVOLUTIONIZING-DEVELOPMENT-AFRICA](https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2012/12/10/information-communication-technology-revolutionizing-development-africa).
- Vakhrushev, V. (1975). *O Neoliberalismo e os seus métodos*. Tradução de Pedro Lopes D'Azevedo: Lisboa: Prelo.

PARADOXES OF DIGITAL GLOBALIZATION: TIME-SPACE COMPRESSION AND WIDENING ECONOMIC AND SOCIAL GAPS BETWEEN THE GLOBAL NORTH AND THE GLOBAL SOUTH

Abstract

When McLuhan launched the idea of the Global Village, in 1960, he created a utopia of a more egalitarian and homogeneous world in economic and social terms through the new information and communication technologies, but the world became more unequal and heterogeneous, despite the time-space compression between people, families, companies and states. This work, using a literature review, documental study, field work and the historical method, analyzed the actions of North Global multinationals in Africa and found that new information and communication technologies play a vital role in the execution of extractive projects, which contribute to the widening of the economic and social gaps between the Global North and Africa, configuring the continuation of colonial and neo-colonial processes.

Keywords: globalization; Africa; Global North; social gaps.